



EOL Potiguar B142 SPE S.A.

CNPJ nº 31.004.703/0001-11

Subsidiária Integral da Ventos de Serra do Mel B S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Lote 34, Vila Maranhão, Zona Rural

Serra do Mel - RN

CEP 59.663-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

**EOL Potiguar B142****SUMÁRIO**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. Contexto Operacional	10
2. Base de Preparação	10
3. Políticas Contábeis Materiais	11
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5. Clientes	16
6. Títulos e Valores Mobiliários	17
7. Imobilizado	17
8. Partes Relacionadas	18
9. Fornecedores	18
10. Empréstimos e Financiamentos	18
11. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos	20
12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	21
13. Outras contas a pagar	21
14. Patrimônio Líquido	21
15. Receita Operacional Líquida	22
16. Custos e Despesas Operacionais	23
17. Resultado Financeiro	23
18. Imposto de Renda e Contribuição Social	24
19. Instrumentos Financeiros	24
20. Seguros	28
21. Transações que não envolvem caixa	28
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	29



EOL Potiguar B142

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A EOL Potiguar B142 SPE S.A. (EOL Vila Maranhão II ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2024, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 07 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro



EOL Potiguar B142

1. A COMPANHIA

A EOL Vila Maranhão II é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, subsidiária integral da Ventos de Serra do Mel B S.A. que, por sua vez, é controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A. Tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia por fonte eólica.

Está localizada no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte e firmou Contrato de Comercialização de Energia Elétrica (CCEAR) na modalidade de Quantidade de energia elétrica no 28º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimento de Geração realizado em 31.08.2018.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
EOL Vila Maranhão II	32,0	17,8	90,4	130,50	31.03.2021	14.01.2054

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2024.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2024.

EOL Potiguar B142**2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)**

	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	127.409	138.557	(8,0)
Caixa e equivalentes de caixa	4.145	8.292	(50,0)
Títulos e valores mobiliários	2.685	3.237	(17,1)
Dívida total	82.654	85.797	(3,7)
Dívida líquida	75.824	74.268	2,1
Receita operacional bruta	20.856	24.139	(13,6)
Deduções da receita	(761)	(881)	(13,6)
Receita operacional líquida	20.095	23.258	(13,6)
Custos e despesas operacionais	(19.438)	(13.795)	40,9
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	657	9.463	(93,1)
Ebitda ou Lajida ^(a)	6.544	15.399	(57,5)
Resultado financeiro	(6.438)	(6.463)	0,4
IRPJ/CSLL	(868)	(1.072)	(19,0)
Lucro (prejuízo) operacional	(5.781)	3.000	(292,7)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.649)	1.928	(444,9)
Patrimônio líquido	38.190	46.213	(17,4)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,3	1,9	(31,6)
Liquidez geral (índice)	0,1	0,2	(50,0)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	32,6	66,2	(50,8)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	216,4	185,7	16,5
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	(28,8)	12,9	(323,3)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(33,1)	8,3	(498,8)
Participação de capital de terceiros (%)	70,0	66,6	5,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido ÷ (PL inicial)) (%)	(14,4)	4,3	(434,9)

^(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

EOL Potiguar B142

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.145	8.292
Clientes	5	2.173	3.250
Outros créditos		18	20
Imposto de renda e contribuição social		32	55
Despesas antecipadas		279	293
		6.647	11.910
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	2.685	3.237
		2.685	3.237
Imobilizado	7	113.522	119.291
Intangível		172	58
Direito de uso	11.1	4.383	4.061
		120.762	126.647
TOTAL DO ATIVO		127.409	138.557
PASSIVO	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	86	143
Fornecedores	9	1.119	1.585
Imposto de renda e contribuição social		219	225
Outras obrigações fiscais		67	97
Empréstimos e financiamentos	10	3.114	3.355
Dividendos a pagar		-	458
Passivo de arrendamentos	11.2	27	23
Outras contas a pagar	13	336	348
		4.968	6.234
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	48
Empréstimos e financiamentos	10	79.005	81.869
Passivo de arrendamentos	11.2	4.531	4.193
Outras contas a pagar	13	715	-
		84.251	86.110
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	14.1	30.858	30.858
Reserva legal	14.2	1.080	1.080
Reserva de retenção de lucros	14.2	6.252	12.901
Dividendo adicional proposto	14.3	-	1.374
		38.190	46.213
TOTAL DO PASSIVO		127.409	138.557

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

EOL Potiguar B142

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	20.095	23.258
Custos Operacionais	16	(18.446)	(12.852)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.649	10.406
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(904)	(822)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(80)	(121)
		(992)	(943)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		657	9.463
Resultado Financeiro	17		
Receitas financeiras		737	1.021
Despesas financeiras		(7.175)	(7.484)
		(6.438)	(6.463)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(5.781)	3.000
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18		
Imposto de renda e contribuição social		(925)	(1.042)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		57	(30)
		(868)	(1.072)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(6.649)	1.928
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	14.4		
Ações ordinárias		(0,21547)	0,06248

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(6.649)	1.928
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(6.649)	1.928

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

EOL Potiguar B142

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de Lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2023		30.858	983	12.901	-	-	44.742
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.928	1.928
Destinação proposta à A.G.O.:	14.3	-	-	-	-	(97)	-
Reserva Legal		-	97	-	-	(97)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(457)	(457)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	1.374	(1.374)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		30.858	1.080	12.901	1.374	-	46.213
Deliberação de dividendo adicional proposto		-	-	-	(1.374)	-	(1.374)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(6.649)	(6.649)
Destinação proposta à A.G.O.:	14.3	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	(6.649)	-	6.649	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		30.858	1.080	6.252	-	-	38.190

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

EOL Potiguar B142**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(6.649)	1.928
Ajustes para a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		7.121	7.342
Imposto de renda e contribuição social	18	925	1.042
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(57)	30
Depreciação e amortização	16	5.886	5.939
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		8	-
Resultado das baixas de imobilizado		649	-
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos líquidos	11	-	33
		7.883	16.314
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		1.069	523
Outros créditos		2	(5)
Imposto de renda e contribuição social		23	(24)
Outros tributos a recuperar		-	1
Despesas antecipadas		14	(6)
		1.108	489
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(57)	2
Fornecedores		(466)	(1.135)
Outras obrigações fiscais		(30)	(209)
Outras contas a pagar		(12)	(8)
		(565)	(1.350)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		8.426	15.453
Imposto de renda e contribuição social pagos		(931)	(1.156)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(6.985)	(7.366)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	11.2	(239)	(242)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		271	6.689
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgates (Aplicações) financeiras		552	(299)
Aquisições de intangível		(116)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		436	(299)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(2.999)	(3.609)
Amortização de principal de passivos de arrendamentos	11.2	(23)	(56)
Dividendos pagos		(1.832)	(676)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		(4.854)	(4.341)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(4.147)	2.049
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	8.292	6.243
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	4.145	8.292
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(4.147)	2.049

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

EOL Potiguar B142**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
em milhares de reais**1. Contexto Operacional**

A EOL Potiguar B142 SPE S.A. (EOL Vila Maranhão II ou Companhia) com sede na Vila Maranhão, Lote 34, Zona Rural, Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Ventos de Serra do Mel (Controladora), controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT). Por sua vez, a Copel GeT é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social da central geradora eólica EOL Vila Maranhão II por meio da Portaria MME nº 2/2019. A Companhia possui 31.185 kW de capacidade instalada e 15.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por nove unidades geradoras de 3.465 kW com autorização pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 9 de janeiro de 2019. Outros dados operacionais estão apresentados no Relatório da Administração.

2. Base de Preparação**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 07.04.2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

EOL Potiguar B142

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes:

- NEs nº 3.2 e 7 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.3 e 7.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.4 e 12 – Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.5 e 15 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados; e
- NEs nº 3.6 e 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro da Copel GeT.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

EOL Potiguar B142

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

EOL Potiguar B142

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens, limitados ao prazo de autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos e que representam a melhor estimativa de vida útil de cada bem.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

EOL Potiguar B142

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

EOL Potiguar B142

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis ao seu negócio de atuação, constitui ou não crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.7. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir do exercício de 2024 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com *Covenants*;
- (iii) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*”; e
- (iv) CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

3.8. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- (iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);

EOL Potiguar B142

- (vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025);
- (viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	2.428	1.898
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.717	6.394
	4.145	8.292

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 92,0% e 97,7% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vencidos	Saldo 31.12.2024	Saldo 31.12.2023
Concessionárias e permissionárias			
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	1.070	1.070	3.250
Contratos regulados	1.112	1.112	-
Suprimento de energia elétrica	2.182	2.182	3.250
(-) Perdas de créditos esperadas (7.3)	(9)	(9)	-
	2.173	2.173	3.250
Circulante		2.173	3.250

EOL Potiguar B142**6. Títulos e Valores Mobiliários**

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis.

Categoria	31.12.2024	31.12.2023
Cotas de fundos de investimentos	2.685	3.237
Não circulante	2.685	3.237

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (NE nº10).

7. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	133.471	(19.949)	113.522	133.451	(14.160)	119.291
	133.471	(19.949)	113.522	133.451	(14.160)	119.291

7.1. Mutação de imobilizado

	Saldo em 1º.01.2023	Depreciação	Saldo em 31.12.2023	Aquisições (a)	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	125.136	(5.845)	119.291	669	(5.789)	(649)	113.522
	125.136	(5.845)	119.291	669	(5.789)	(649)	113.522
Em curso							
	-	-	-	-	-	-	-
	125.136	(5.845)	119.291	669	(5.789)	(649)	113.522

(a) As aquisições "Em Serviço" referem-se a provisão para descomissionamento (NE 13).

A taxa média de depreciação é de 4,32% (4,32% em 2023) a.a.

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os ativos em operação e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

EOL Potiguar B142**8. Partes Relacionadas**

	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Controlador								
Ventos de Serra do Mel								
Dividendos a pagar	-	-	-	458	-	-	-	-
Mútuos	-	-	-	-	-	-	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A								
Compartilhamento (a)	-	-	64	107	-	-	-	-
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Compartilhamento (a)	-	-	22	29	-	-	-	-
Leilão de energia	-	-	-	-	424	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Compra e venda de energia (b)	-	961	-	-	685	10.043	-	-
Cutia empreendimentos eólicos								
Compartilhamento (a)	-	-	-	7	-	-	-	-
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(21)	(45)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A Companhia tem contratos de compra e venda de energia com a Copel Comercialização, realizados de acordo com os termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia, aderentes aos praticados por outros agentes de mercado e àqueles praticados no mercado de energia.
- c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

9. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços	817	1.085
Energia elétrica	97	284
Encargos de uso da rede elétrica	205	196
Outros	-	20
Circulante	1.119	1.585

10. Empréstimos e Financiamentos

O contrato teve o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos e tem como garantia penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios e todos os empréstimos foram realizados com o BNB

EOL Potiguar B142

Empresa	Garantias (a)	31.12.2024	31.12.2023
EOL Potiguar B142	Fiança bancária	82.654	85.797
	Dívida bruta	82.654	85.797
	(-) Custo de transação	(535)	(573)
	Dívida líquida	82.119	85.224
	Circulante	3.114	3.355
	Não circulante	79.005	81.869

(a) Para o contrato, há garantia Fidejussória da Copel ou Copel GET.

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 19.3.

10.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2024	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2026	2.915	(37)	2.878
2027	2.972	(37)	2.935
2028	3.640	(37)	3.603
2029	4.200	(37)	4.163
2030	4.097	(37)	4.060
Após 2030	61.677	(311)	61.366
	79.501	(496)	79.005

10.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

	Total
Em 1º.01.2023	89.099
Encargos	7.100
Amortização - principal	(3.609)
Pagamento - encargos	(7.366)
Em 1º.01.2024	85.224
Encargos	6.879
Amortização - principal	(2.999)
Pagamento - encargos	(6.985)
Em 31.12.2024	82.119

10.3. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2024, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

EOL Potiguar B142**11. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos****11.1. Direito de uso de ativos**

	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2023	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2024
Imóveis	4.021	165	(92)	(33)	4.061	417	(95)	4.383
	4.021	165	(92)	(33)	4.061	417	(95)	4.383

11.2. Passivo de arrendamentos**11.2.1. Mutação do passivo de arrendamentos**

	Total
Saldo em 1º.01.2023	4.107
Adições	165
Encargos	242
Pagamento - principal	(56)
Pagamento - encargos	(242)
Saldo em 31.12.2023	4.216
Adições	417
Encargos	239
Pagamento - principal	(23)
Pagamento - encargos	(239)
Baixas	(52)
Saldo em 31.12.2024	4.558

11.2.2. Vencimentos das parcelas de longo prazo

2026	273
2027	273
2028	273
2029	273
2030	273
Após 2030	10.340
Valores não descontados	11.705
Juros embutidos	(7.174)
Saldo passivo arrendamento em 31.12.2024	4.531

11.2.3. Direito potencial de PIS/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	11.980	4.558

EOL Potiguar B142

11.2.4. Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	4.558	6.020	32,08%
Direito de uso de ativos	4.383	5.238	19,51%
Despesa Financeira	239	325	35,98%
Despesa de amortização	96	120	25,00%

11.2.5. Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 16).

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2024 e 31.12.2023, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2024 e 31.12.2023 a Companhia não possui passivos contingentes.

13. Outras contas a pagar

	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para descomissionamento parques eólicos (a)	724	-
Entidades Seguradoras - Prêmio a Pagar	316	338
Taxa de fiscalização	11	10
	Circulante	348
	Não circulante	715

(a) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 7.1). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2024 é de R\$ 30.858 (R\$ 30.858, em 31.12.2023), composto por 30.857.513 ações ordinárias pertencentes à sua Controladora.

14.2. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

EOL Potiguar B142

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

14.3. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.649)	1.928
Reserva legal (5%)	-	(97)
	(6.649)	1.831
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	457
Dividendo adicional proposto	-	1.374
	-	1.831
Valor do dividendo por ação	-	0,059337

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

14.4. Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.649)	1.928
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	30.857.513	30.857.513
Resultado líquido do período básico e diluído por ação		
Resultado por ação ordinária	(0,21547)	0,06248

15. Receita Operacional Líquida

	31.12.2024	31.12.2023
Contratos bilaterais	11.774	23.961
Contratos regulados	9.082	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	178
(-) PIS/Pasep e Cofins	(761)	(881)
	20.095	23.258

EOL Potiguar B142**16. Custos e Despesas Operacionais**

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2024	31.12.2023
Energia elétrica comprada para revenda	(5.733)	-	-	-	(5.733)	(1.347)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.437)	-	-	-	(2.437)	(2.345)
Pessoal e administradores	-	-	(346)	-	(346)	(491)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(52)	-	(52)	(58)
Material	-	-	(9)	-	(9)	(4)
Serviços de terceiros	(3.873)	-	(36)	-	(3.909)	(2.812)
Depreciação e amortização	(5.887)	-	-	-	(5.887)	(5.936)
Provisões e reversões	-	(8)	-	-	(8)	-
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(516)	-	(461)	(80)	(1.057)	(802)
	(18.446)	(8)	(904)	(80)	(19.438)	(13.795)

16.1. Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2024
Arrendamento de terrenos	78	268	3.647	3.993

17. Resultado Financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	735	1.013
Outras receitas financeiras	2	8
	737	1.021
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	6.880	7.084
AVP sobre desmantelamento	55	-
Juros arrendamento	227	227
Outras despesas financeiras	13	173
	7.175	7.484
Líquido	(6.438)	(6.463)

EOL Potiguar B142

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2024		31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Livre - ACL	11.774	11.774	23.961	23.961
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	178	178
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR	9.082	9.082	-	-
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.668	2.503	1.931	2.897
Receita Financeira	737	737	1.021	1.021
(-) Receita Financeira Provisionada	169	169	(89)	(89)
Base de cálculo Receita Financeira	906	906	932	932
(=) Base de cálculo	2.574	3.409	2.863	3.829
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	619	306	697	345
Receita Financeira Provisionada	(169)	(169)	89	89
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(42)	(15)	22	8

18.1. Reforma tributária do consumo

A Emenda Constitucional nº 132, de 2023, instituiu a Reforma Tributária do Consumo no Brasil. A Lei Complementar nº 214, sancionada em 16.01.2025, regulamenta parcialmente a reforma, que ainda depende da conclusão da regulamentação no Senado. No setor elétrico, o diferimento da tributação minimizará os impactos, mas os efeitos completos só serão conhecidos após a regulamentação completa do novo sistema tributário. Não há impacto nas demonstrações financeiras de 2024.

19. Instrumentos Financeiros

19.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	4.145	4.145	8.292	8.292
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	2.685	2.685	3.237	3.237
			6.830	6.830	11.529	11.529
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		2.173	2.173	3.250	3.250
			2.173	2.173	3.250	3.250
Total dos ativos financeiros			9.003	9.003	14.779	14.779
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		1.119	1.119	1.585	1.585
Empréstimos e financiamentos (c)	10		82.654	82.654	85.797	85.797
Total dos passivos financeiros			83.773	83.773	87.382	87.382

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

EOL Potiguar B142

Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Valor justo similar ao valor contábil tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

19.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4.145	8.292
Títulos e valores mobiliários (a)	2.685	3.237
Clientes (b)	2.173	3.250
	9.003	14.779

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

19.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

EOL Potiguar B142

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2029, repetem-se os indicadores de 2028 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2024							
Fornecedores	NE nº 9	1.119	-	-	-	-	1.119
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	848	1.941	6.260	31.366	86.205	126.620
		1.967	1.941	6.260	31.366	86.205	127.739

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

19.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

EOL Potiguar B142

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data das demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic de 15,00%, IPCA: 5,50%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP de 8,79%, calculado por projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2024	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	2.685	3.081	2.982	2.883
		2.685	3.081	2.982	2.883
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta IPCA	(82.654)	(4.546)	(5.682)	(6.819)
		(82.654)	(4.546)	(5.682)	(6.819)

19.2.4. Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica firmam um montante mensal de energia a ser entregue pelas usinas. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento e outros fatores como restrições de operação. O não atendimento do que está disposto no contrato, expõe o agente no mercado de curto prazo, comprometendo a receita da Companhia no mês contabilizado.

19.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	82.654	85.797
(-) Caixa e equivalentes de caixa	4.145	8.292
(-) Títulos e valores mobiliários	2.685	3.237
Dívida líquida	75.824	74.268
Patrimônio líquido	38.190	46.213
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	1,99	1,61

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2024 é de 7,32% (7,06% em 2023), o que equivale a 60,2% do CDI (60,6% do CDI em 2023).

EOL Potiguar B142

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	28.11.2025	188.364
Seguro D&O (a)	28.03.2026	154.808
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2026	30.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia do dia 31.12.2024, de R\$ 6,1923.

21. Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 11.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridas no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 417 (R\$ 165 em 31.12.2023), sendo que tais reconhecimentos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos. Conforme a NE 7.1, parte das adições do imobilizado, no montante de R\$ 669, tiveram origem na provisão para descomissionamento dos parques eólicos (NE nº 13).

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Curitiba, 07 de abril de 2025

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Michael Luiz de Souza
Contador CRC-PR-058084/O-0



EOL Potiguar B142

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da EOL Potiguar B142 S.A (EOL Potiguar B142), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Ventos de Serra do Mel B S.A, controlada indireta da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da EOL Potiguar B142 de 31.12.2024; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da EOL Potiguar B142 de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 07 de abril de 2025

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
EOL Potiguar B142 SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EOL Potiguar B142 SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 de abril de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

EOL Potiguar B142 SPE S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



EOL Potiguar B142 SPE S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 07 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by

Signed By: ADRIANO MACHADO 15671101859
CPF: 15671101859
Signing Time: 07 de abril de 2025 19:07 BRT
O ICP-Brasil, OJ: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Insc: AC: SERASA RFB v5

Adriano Machado
Contador CRC PR042584/O-7

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F5D705B6-D1DB-47BC-8E51-20A9811DEC60

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: EOLPOTIGUARB142DEZ24.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 32

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Renan Thielen

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

renan.thielen@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.200

Rastreamento de registros

Status: Original

07 de abril de 2025 | 16:24

Portador: Renan Thielen

renan.thielen@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

07 de abril de 2025 | 19:07

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Adriano Machado

a.machado@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

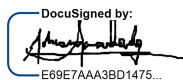
Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura



Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 52.200.254.168

Registro de hora e data

Enviado: 07 de abril de 2025 | 16:25

Visualizado: 07 de abril de 2025 | 16:26

Assinado: 07 de abril de 2025 | 19:07

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Renan Thielen

renan.thielen@pwc.com

Manager

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Copiado

Enviado: 07 de abril de 2025 | 19:07

Visualizado: 07 de abril de 2025 | 19:07

Assinado: 07 de abril de 2025 | 19:07

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	07 de abril de 2025 16:25
Entrega certificada	Segurança verificada	07 de abril de 2025 16:26
Assinatura concluída	Segurança verificada	07 de abril de 2025 19:07
Concluído	Segurança verificada	07 de abril de 2025 19:07

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

